



territórios negros

ano 6 • nº 26 • nov./dez.2006

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

editorial

Ao final do ano os balanços sobre a atuação do governo e sobre os avanços do movimento se multiplicam. No final de 2006, duas considerações merecem destaque com relação aos quilombolas. Cada uma delas liga-os a um campo de discussões diferente e mais amplo: de um lado, o vínculo quilombola com o movimento negro; de outro, com as políticas dirigidas às chamadas populações tradicionais.

A avaliação de parlamentares e lideranças negras sobre a política governamental para a população afro-descendente de forma mais geral se repete quando se trata da situação das políticas públicas voltadas para a população quilombola. Todos reconhecem os avanços institucionais do primeiro mandato do governo Lula. A criação da Seppir, que eleva o tema da igualdade racial ao primeiro escalão do executivo federal, com o objetivo de articular ações antes pulverizadas, é o maior exemplo disso. O que também vale para a situação específica dos quilombolas, em que os avanços institucionais se deram com a criação de uma rubrica orçamentária unificada para o Orçamento Quilombola e com a transferência das atribuições da regulação fundiária quilombola para o Incra, que, por sua vez, criou normas internas inteiramente novas para dar conta dessa atribuição. Em ambos os casos, porém, a produção de efeitos práticos a partir de tais avanços institucionais esteve fortemente limitada em função da política econômica. Menos de 40% das verbas previstas às ações articuladas pela Seppir foram autorizadas para este ano, enquanto no caso do Orçamento Quilombola o percentual pouco passou dos 20%.

De outro lado, a maior novidade de 2006 ficou por conta dos avanços em outro processo de organização institucional: a articulação de uma Comissão Nacional e de diversas consultas públicas destinadas à definição de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que contempla, além de seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, geraizeiros e ciganos, as populações indígenas e quilombolas. Os números sobre os quais a Comissão trabalha são impressionantes. Fala-se que tais populações tradicionais ocupam 25% do território e representam, hoje, 2,5% da população nacional (4,5 milhões de pessoas), sendo quase metade dela constituída por quilombolas (dois milhões). A articulação de todas essas populações e lutas sócio-territoriais sob uma mesma designação tende a fortalecer cada uma delas. Além disso, ao menos do ponto de vista numérico, torna-se cada vez mais nítido que o movimento quilombola ocupa um lugar de maior destaque nessa temática que na da discriminação racial, ao menos na forma como ela tem sido abordada até o momento.

O desafio, porém, parece continuar o mesmo: permitir que tais avanços institucionais se desdobrem em ações práticas que atinjam a população lá onde ela está, para além dos contingenciamentos orçamentários.



JM Arruti

• NACIONAL

COMUNIDADES CERTIFICADAS PELA FCP

A FCP atualizou as informações sobre a emissão de certidões de auto-reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos. A entidade certificou 339 comunidades em 2005 e 361 em 2006. A Bahia foi o estado que obteve mais certificações: 101 em 2006 e 65 em 2005.

Fonte: KOINONIA

certidões emitidas em 2006

Estado	Publicada no D.O.U	Aguardando publicação
Alagoas	4	4
Amapá	6	1
Amazonas	0	0
Bahia	77	24
Ceará	2	6
Espírito Santo	3	16
Goiás	5	2
Maranhão	17	8
Mato Grosso	1	0
Mato Grosso do Sul	3	0
Minas Gerais	22	13
Pará	9	26
Paraná	5	5
Paraíba	11	11
Pernambuco	5	5
Piauí	20	20
Rio de Janeiro	3	3
Rio Grande do Norte	2	2
Rio Grande do Sul	8	8
Rondônia	4	4
Santa Catarina	0	0
São Paulo	8	8
Sergipe	6	6
Tocantins	9	9
Total	361	

Fonte: FCP

FNDE CAPACITA LIDERANÇAS

Líderes de comunidades quilombolas e conselheiros de alimentação escolar de 20 municípios participaram, no dia 24 de novembro, em Salvador, de uma capacitação sobre o Programa

Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O evento fez parte do II Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em parceria com outros órgãos do governo federal.

Fonte: Informe Sergipe

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
 Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae
 SBS – Quadra 2 – Bloco F – Ed. Áurea – Brasília – DF
 CEP: 70070-929
 Tel.: (61) 3966 4900 / 3966 4902
 Fax.: (61) 3966 4172 / 3966 4163
 E-mail: dirae@fnde.gov.br

• NOS ESTADOS

TO

PUBLICADO RELATÓRIO DE KALUNGA DO MIMOSO

A Superintendência Regional do Incra no Tocantins publicou nos diários oficiais da União e do estado, no dia 20 de novembro, o RTID das terras ocupadas tradicionalmente pela comunidade quilombola Kalunga do Mimoso, localizadas nos municípios de Arraias e Paranã (TO). A publicação do RTID é uma das últimas etapas para a regularização fundiária da área.

Fonte: MDA

MA

PISCICULTURA GERA RENDA EM FILIPA

Um projeto de piscicultura está sendo implantado na comunidade de Filipa, em Itapecuru-

Mirim, com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A intenção é produzir, em 11 açudes, cerca de 6.000 kg de pescado, das espécies tilápia e tambaqui. A comunidade de Filipa é formada por cerca de 35 famílias que vivem basicamente da agricultura familiar.

Fonte: Jornal Pequeno

O Pronaf é implantado pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA:
 Tel: (61) 2191-9909 / 2191-9916
 Endereço: Setor Bancário Norte, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 6º andar.
 CEP: 70.054.9000.
 site: <http://www.mda.gov.br/saf/>

OBRAS BENEFICIAM QUILOMBOLAS DE SANTA RITA

No dia 1º de dezembro a prefeitura de Santa Rita (MA) inaugurou diversas obras que beneficiam as comunidades quilombolas da região: Cariongo, Caruaru, Enfezado, Fogoso Timbotiba, Areia, São José, Vila Caruaru. Realizadas com o apoio do governo do Estado, as obras incluem a abertura de estradas, a construção de postos de saúde e de uma escola, e a implantação de sistemas de água com rede de distribuição domiciliar.

Fonte: Jornal Pequeno

PRESIDENTE TITULA COMUNIDADES MARANHENSES

Para encerrar as atividades da Semana Nacional da Consciência Negra, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, entregou, no dia 28 de novembro, o título de posse a seis comunidades quilombolas do Maranhão.

A cerimônia ocorreu no Palácio do Planalto, em Brasília. A titulação foi realizada por meio de convênio firmado entre o MDA, Inkra e o Instituto de Terras do Maranhão.

Fonte: O Estado do Maranhão



Povoado de Moreira, MA

Francisco José Araújo

Comunidades maranhenses tituladas em 28 de novembro de 2006		
Comunidade	Município	Área em hectares
Queluz	Anajatuba	256
Rio dos Peixes	Pinheiro	542
Imbiral	Pedro do Rosário	404
Bom Jesus dos Pretos	Cândido Mendes	217
Santa Isabel	Cândido Mendes	838
Santana	Santa Rita	202

Fonte: Centro de Cultura Negra do Maranhão-CCN-MA

PI

ASSENTAMENTO MIMBÓ RECONHECIDO

O assentamento Mimbó, localizado no município de Amarante, recebeu a certidão de auto-reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos da FCP no dia 1º de novembro.



Comunidade quilombola de Salinas, PI

INTERPI- Instituto de Terras do Piauí

O assentamento Mimbó foi criado em 2001 pela Superintendência do Inkra no Piauí. Na época não existia legislação específica para regularização de quilombos e o processo foi realizado pelos trâmites da reforma agrária. A comunidade formada por 95 famílias ocupa uma área de 1.784 hectares.

Fonte: Cidade Verde

RN

CISTERNAS EM ACAUÃ

A comunidade de Acauã, localizada nas proximidades de Poço Branco (RN), região do Mato Grande, comemorou a implantação do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). Desde maio de 2005 os moradores da região se organizam para construir cisternas para armazenagem de águas das chuvas. Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água e 200 milímetros de chuva por ano já garantem o abastecimento por 10 meses. Em Acauã já existem 15 cisternas e está planejada a construção de mais 30 mil em toda a região.

Fonte: Diário de Natal

Articulação no Semi-Árido Brasileiro - ASA
Rua Nicarágua, 111 - Espinheiro
CEP 52020-190 - Recife/PE - Brasil
Tel.: (81) 2121-7666
Fax: (81) 2121-7629
<http://www.asabrasil.org.br/>
asacom@asabrasil.org.br

PE

CONCEIÇÃO INAUGURA CENTRO DE ARTESANATO

No dia 1º de novembro a comunidade de Conceição das Crioulas inaugurou o Centro de Produção Artesanal Casa Comunitária Francisca Ferreira. O centro abrigará

cerca de 80 artesãos que já desenvolvem trabalhos que contribuem para a afirmação da identidade étnica dos quilombolas. O espaço foi reformado e ampliado, contando agora com salas de beneficiamento de matérias-primas, produção, estoque e comercialização do artesanato local. O investimento foi de 75 mil reais. Em breve, o Centro também abrigará uma rádio comunitária. Conceição das Crioulas fica no município de Salgueiro, distante 550 Km de Recife (PE).

Fonte: Informativo do Centro de Cultura Luiz Freire

Visite o site de Conceição das Crioulas (<http://www.conceicaoascioulas.org.br/>) e saiba mais sobre a comunidade.



Conceição das Crioulas, PE

Site Conceição das Crioulas

SE

DEPUTADA DENUNCIA AMEAÇAS DE MORTE

A deputada estadual Ana Lúcia (PT) denunciou no dia 26 de novembro que quilombolas da Lagoa do Campinho, localizada no município de Amparo do São Francisco, e de Lagoa Nova, em Pacatuba, estão sofrendo ameaças de morte. Ela afirmou que o atraso nos processos de desapropriação das áreas onde estão as comunidades está agravando a situação. "A cada momento o conflito se agrava, com ameaças de morte feitas por jagunços. Há um permanente estado de tensão entre os quilombolas e os fazendeiros, que são ligados ao governo estadual", alertou a deputada que é presidente da

Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Sergipe. Segundo ela, as fazendas de Lagoa do Campinho já foram vistoriadas pelo Incra, mas os processos de desapropriação ainda estão na fase de análises técnicas, sem previsão de término. São cerca de 3 mil hectares que, se titulados em nome dos quilombolas, podem beneficiar 110 famílias. Segundo os números do Incra, há conflitos agrários em 34 dos 75 municípios de Sergipe.

Fonte: Agência Brasil

BA

AGENTES PASTORAIS EM VELAME

No dia 5 de novembro, representantes da Associação Cultural Agentes de Pastoral Negros - Mocambo São Benedito visitaram a comunidade de Velame, localizada em Vitória da Conquista (BA). Os agentes promoveram discussões sobre temas como saúde, educação, implantação de programas governamentais e o processo de demarcação territorial. Segundo a coordenadora dos Agentes, Elizabeth Ferreira, as atividades de visita a quilombos são freqüentes e serão realizadas até julho de 2007, quando a entidade organizará encontros e seminários sobre os quilombolas em toda a região.



Comunidade de Velame, BA

A comunidade de Velame é formada por 36 famílias que tem como principal fonte de renda o cultivo de mandioca.

Recentemente, a área recebeu energia elétrica, mas ainda enfrenta problemas como a falta de assistência médica.

Fonte: leitor do OQ

SACUTIABA E RIACHO DE SACUTIABA COMEMORAM

As comunidades quilombolas Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba, localizadas na zona rural do município de Wanderley, a 850 km de Salvador, comemoraram, no dia 4 de novembro, a publicação do Relatório Técnico de Identificação, Reconhecimento e Delimitação, do mapa e memorial descritivo da terra no Diário Oficial da União. O relatório técnico foi produzido por representantes da Universidade Federal da Bahia e pela Universidade do Estado da Bahia, por meio de um convênio com o Incra. As comunidades são formadas por 45 famílias e ocupam uma área de 12.072 hectares.

Fonte: A Tarde

VITÓRIA PARA SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

A Justiça Federal negou o pedido de reintegração de posse impetrado por um dos nove fazendeiros que alegam ser proprietários de terras localizadas na comunidade de São Francisco do Paraguaçu. A decisão foi anunciada durante a audiência pública convocada pela Seppir e realizada no dia 17 de novembro. Estiveram presentes quilombolas, representantes do Incra, da FCP, da Polícia Federal e entidades da sociedade civil. De acordo com relatos dos moradores, famílias quilombolas estão sendo perseguidas por fazendeiros e já tiveram plantações destruídas. O Incra já começou a elaborar o RTID do território

quilombola de São Francisco do Paraguaçu. A comunidade, localizada no município de Cachoeira, no Recôncavo baiano, é formada por 300 famílias.

Fonte: MDA

COTAS PARA QUILOMBOLAS

O vestibular da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) realizado em dezembro destinou 50% das vagas para um sistema de cotas. 80% das cotas são para os candidatos que se declararem negros e duas vagas em cada curso serão oferecidas para quilombolas e indígenas. Ex-alunos de escolas públicas também foram beneficiados.

Fonte: Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais

MS

POCONÉ REIVINDICA DIREITOS

Após se reunirem em dois eventos, em julho e em novembro, os moradores das comunidades quilombolas de Poconé divulgaram um documento com as resoluções desses encontros. Entre elas está a criação de uma Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Poconé. Além disso, no documento consta uma pauta de reivindicações para serem negociadas com a prefeitura, governo do estado, órgãos federais e estaduais, ONGs e movimento sociais. As reivindicações são ligadas a temas como regularização fundiária; educação; saúde; emprego e geração de renda; e infraestrutura. Hoje há indicação de que existem 32 comunidades em Poconé.

Fonte: Grupo de apoio às Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Poconé

MORRO DA BOA SORTE TITULADA

Durante a solenidade de abertura do I Seminário Estadual de Políticas Públicas para o Etnodesenvolvimento das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o governador do Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda Santos, entregou o título de domínio à Comunidade do Morro da Boa Sorte, município de Corguinho. O Seminário foi promovido pela Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do MS (Conerq) em parceria com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e o Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural (Idaterra/MS).

Fonte: Site Agora MS, Site Aquidauana news e Última Hora News

MG

MACHADINHO PEDE SOCORRO

A comunidade quilombola de Machadinho, localizada em Paracatu, enviou em 8 de dezembro um documento ao Cedefes (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva) denunciando a situação grave em que se encontra. A comunidade afirma que seu território está sendo invadido pela empresa Rio Paracatu Mineradora (RPM) e por famílias que não são quilombolas. A Associação da comunidade pede a intervenção de algum órgão governamental para solucionar esse problema.

Fonte: Associação Quilombola do Machadinho

BREJO DOS CRIoulos DESPEJADA

Quilombolas de Brejo dos Crioulos foram despejados, pela Polícia Federal, no dia 14 de dezembro. O Juiz Federal, titular da

12ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, Weliton Militão, concedeu liminar de reintegração de posse ao fazendeiro Albino José da Fonseca, suposto proprietário da Fazenda Vista Alegre, no Município de Verdelândia (MG). A fazenda possui uma área de 2.900 ha e foi vistoriada e classificada como Grande Propriedade Improdutiva pelo Incra - MG, por não cumprir a sua função social. Na ocasião da produção do laudo agrônomo, o Incra, através de levantamento da cadeia dominial do imóvel, constatou que apenas 2.038 ha têm registro, o que indica que mais de 800 ha são terras griladas. A partir da divulgação desse laudo agrônomo, 150 quilombolas ocuparam a Fazenda Vista Alegre, em 7 de outubro de 2006. A fazenda é parte do território quilombola de Brejo dos Crioulos. Com o despejo a comunidade deixou para trás 15 ha de milho e feijão que havia plantado.

Fonte: Agência de notícias Adital

ES

COBRANÇA DE INTERVENÇÃO DO MPF

Quilombolas da região do Sapê do Norte, norte do Espírito Santo, se reuniram com membros do Ministério Público Federal (MPF) em 21 de novembro. Os quilombolas reivindicaram providências do MPF para que eles pudessem ocupar as áreas devolutas de seu território, localizado nos municípios de Conceição da Barra e de São Mateus. Somente na região de Linharinho são 1.000 hectares de terras devolutas. Na mesma região, o território quilombola é de 9.542,57 hectares, segundo estudos da Universidade Federal do

Espírito Santo, ocupados hoje em boa parte pela Aracruz Celulose. Essa área já está em processo de regularização pelo Incra. Segundo o quilombola Domingos Firmiano dos Santos, também foram denunciadas ao MPF as agressões praticadas pela Aracruz Celulose e outras empresas contra os quilombolas e a devastação ambiental promovida pela monocultura do eucalipto na região.

Fonte: Site Século Diário



Comunidade de São Jorge, ES

RJ

DIREITO HUMANO À MORADIA

O desrespeito aos quilombolas foi incluído no Relatório Final da Missão da Relatoria Nacional Para o Direito Humano à Moradia Adequada no Estado do Rio de Janeiro. Casos como da comunidade da Ilha da Marambaia e do quilombo urbano Sacopã foram denunciados no relatório. A entrega do relatório final aconteceu no dia 9 de novembro em uma audiência pública. A Relatoria integra o projeto coordenado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais (Plataforma Dhesc Brasil), apoiado pelo Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV/PNUD), pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Participaram da audiência pública representantes da Ilha de Marambaia, Pedra do Sal e Sacopã.

Fonte: OQ/KOINONIA

VITÓRIA DA MARAMBAIA NA JUSTIÇA

No dia 6 de dezembro foi divulgada a decisão do Dr. Pablo Zuniga Dourado, Juiz Federal Substituto da 3ª Vara Federal, que aceitou os argumentos do Mandado de Segurança coletivo que a Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arqimar) moveu contra o Incra. Essa decisão da Justiça fará com que o processo de regularização fundiária do território quilombola da Ilha da Marambaia retome seu curso legal, conforme determina o Decreto Presidencial 4.887/03. A partir de agora, voltam a valer as informações do RTID do Incra, publicado no dia 14 de agosto e revogado no dia seguinte pelo próprio Instituto.

Fonte: OQ/KOINONIA

ENCERRAMENTO DO PROJETO ETNODESENVOLVIMENTO QUILOMBOLA

“As parcerias, as ongs, são importantes, mas nós é que devemos tomar a frente da luta”. A frase de Isaías Leite, da comunidade Alto da Serra, retrata o grau de autonomia e amadurecimento das comunidades atendidas pelo Projeto Etnodesenvolvimento Quilombola, realizado pelo Programa Egbé Territórios Negros, de KOINONIA, com recursos do MDA. Isaías foi um dos que discursaram durante o quarto e último encontro realizado pelo projeto, que reuniu mais de 100 quilombolas de nove comunidades do estado do Rio de Janeiro, autoridades governamentais e diversas entidades. O evento aconteceu nos dias 25 e 26 de novembro, em Cabo Frio,

e teve a comunidade de Preto Forro como anfitriã. Estiveram presentes representantes das comunidades: Ilha da Marambaia (Mangaratiba), Alto da Serra (Rio Claro), Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis), Sobara (Araruama), Santana (Quatis), Travessão de Campos e Barrinha (Campo dos Goytacazes), Botafogo/Caveira (São Pedro da Aldeia), Botafogo (Cabo Frio), além da Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro - ACQUILERJ. Algumas delas, como Sobara, Travessão e Barrinha, nunca haviam participado de um evento com outros quilombolas.

Ao final do encontro as comunidades redigiram uma carta com demandas e recomendações dirigidas às autoridades e organizações da sociedade civil, e também com compromissos firmados entre elas.

Fonte: OQ/KOINONIA



Preto Forro recebe visitantes

SP

ÇAÇANDOCA: PRIMEIRA ÁREA QUILOMBOLA DESAPROPRIADA

A Justiça Federal desapropriou uma área em Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, para transferir a posse para a comunidade de Caçandoca. De acordo com o Incra, a desapropriação é irreversível. A Urbanizadora Continental, antiga proprietária das terras, poderá apenas questionar

o valor da indenização, R\$ 4,1 milhões, já depositados em juízo. A comunidade, formada por 53 famílias ocupa uma área de 890 hectares, dos quais 210 hectares eram reivindicados pela Urbanizadora Continental. A empresa alega ser proprietária das terras desde 1970 e chegou a entrar na Justiça para retirar os quilombolas do local. A posse das terras foi transferida ao Incra que passará em definitivo o título à associação de Caçandoca. Outros 680 hectares, que também fazem parte do território de Caçandoca, já foram transferidos do Estado de São Paulo aos quilombolas. O decreto que declarou o imóvel como de interesse social foi assinado no dia 27 de setembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Fonte: Rio Preto News

SC

INVERNADA DOS NEGROS INAUGURA CASAS

Em novembro cinquenta famílias da comunidade quilombola Invernada dos Negros, localizada no município de Campos Novos, receberam novas casas. A construção dos imóveis foi viabilizada por meio de uma parceria do Incra e da Caixa Econômica Federal, que liberou verbas no valor de R\$ 5.990 para cada unidade. Além desses recursos, a empresa Campos Novos Energia (Enercan) contribuiu com R\$ 2 mil, como parte de um Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público Federal, em decorrência de obras realizadas próximas à área pertencente aos quilombolas. Outras 16 casas ainda serão construídas.

Fonte: Incra

um pouco de história

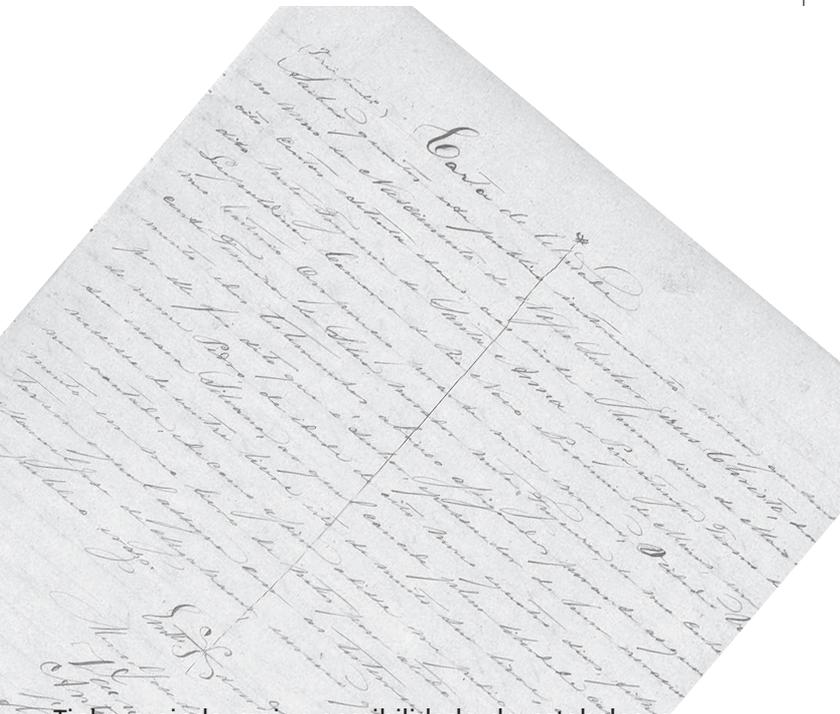
ALFORRIA

A palavra vem do árabe Al-hurruâ, e significa liberdade do cativo concedida ao escravo. Durante o século XVII, alforria passou a ser utilizada como sinônimo de “manumitir”, do latim manumittere, “libertar as mãos” dos escravos, ou seja, dar liberdade.

Existiam três formas legais de um escravo comprovar o seu estado de forro ou alforriado. A primeira era pela pia batismal, a segunda era pelo testamento do antigo senhor, que ao morrer concedia a alforria, e, finalmente, pela aquisição de uma carta ou “papel de liberdade”, assinada pelo senhor. Essa carta poderia ser registrada em cartório, em livro de notas, ou apenas ser usada como um documento particular.

A alforria também podia ser gratuita, comprada ou concedida sob condição. Para comprar a alforria muitos escravos assumiam maior carga de trabalho para juntar o equivalente a seu preço e pagar ao senhor. No entanto, mesmo tendo o escravo a quantia equivalente ao seu valor, o senhor não era obrigado a concedê-la. Afinal, por ser herança do direito romano e costume entre os portugueses, o ato de alforriar era considerado uma concessão senhorial. E, mesmo quando era gratuita, muitas vezes a efetiva liberdade só era admitida após a morte do testador e, portanto, sem garantias. Já nas alforrias na pia batismal, sempre de crianças, é mais difícil saber se havia ou não pagamento, mas presume-se que a maioria tenha sido gratuita. Isso porque a alta mortalidade infantil inibia parentes de crianças de gastar dinheiro com a liberdade de uma vida incerta e, por outro lado, fazia com que os senhores ficassem mais dispostos a concedê-la. Em alforrias registradas em cartório, havia um grande número de “coartações”, exigências a serem cumpridas para a obtenção da liberdade.

Alguns estudos mostram que poucos eram os escravos que tinham acesso à liberdade, sendo possível estimá-los entre 0,5% e 2% da população escrava. Sabe-se também que as alforrias por testamento libertaram mais escravos gratuitamente do que as realizadas com “cartas de liberdade”. Além disso, tradicionalmente, considerou-se que a maioria dos alforriados eram velhos enfermos, mas a historiografia atual mostra que as verdadeiras privilegiadas eram as mulheres. O preço delas era inferior ao dos homens e, por isso, muito mais fácil de ser pago.



Tinham ainda maior possibilidade de estabelecer laços afetivos com seus senhores, pois atuavam como domésticas, amas-de-leite ou amantes. Além disso, por ser a mulher responsável natural pela reprodução da escravidão, era comum que a sua família centrasse mais esforços em alforriá-la. Dessa forma, seus filhos já nasceriam livres.

Os estudiosos do período colonial também apontam que os escravos urbanos e os das zonas mineradoras eram mais contemplados pela alforria do que os das áreas rurais. Os escravos urbanos tinham maior qualificação profissional e trabalhavam “ao ganho”, ou seja, em serviços pagos na cidade. Assim, ainda que o “ganho” fosse entregue ao seu senhor, os escravos urbanos tinham, em comparação aos escravos rurais, maiores oportunidades de acumular recursos. No caso dos mineradores, havia uma legislação específica que lhes permitia comprar a liberdade mesmo contra a vontade do seu senhor. Caso achassem um diamante acima de 20 quilates, seu senhor era indenizado com 400 mil réis. Já o escravo que denunciasse a sonegação de diamantes ao senhor seria libertado e receberia um prêmio de 200 mil réis (Lei de 1734).

Em relação à vida e situação social de homens e mulheres que foram contemplados com a alforria, os historiadores, de modo geral, registram a pobreza como característica predominante. Um dos motivos seria que, por terem juntado durante anos o valor correspondente a sua liberdade, nada mais lhes restaria. Mas pesquisas recentes mostram que, na verdade, existiam forros endinheirados, principalmente mulheres. Muitos, aliás, se tornaram proprietários de bens e de outros escravos.

Daniela Yabeta
Historiadora

MANGAL

A comunidade remanescente de quilombo de Mangal está situada em uma faixa de terra na margem do médio Rio São Francisco, município de Sítio do Mato (BA). O território quilombola está entre as fazendas Barro Vermelho, Talismã e Vale Verde, limitando-se hoje a uma área de 174 hectares, onde residem aproximadamente 140 famílias.

Nos registros históricos relativos a essa região, constam informações de existência de quilombos e mocambos, já que a região é de difícil acesso. Entretanto, as narrativas da comunidade apontam em outra direção. A memória do grupo conta que sua comunidade e seu território teriam se constituído por meio de uma doação de terras da fazenda de gado de Mangal, que pertencia a um fazendeiro conhecido como capitão João. Segundo o grupo, esse Capitão tinha uma filha, Gertrudes, que se envolveu amorosamente com um vaqueiro escravo que trabalhava em sua fazenda. O pai então se afasta da fazenda para não testemunhar a união indesejada de sua filha. Porém, depois de alguns anos, Gertrudes abandona as terras, doando-as a Nossa Senhora do Rosário, indo juntar-se a seu pai.

A doação acontece no período pós-abolição da escravatura e teria sido registrada em um cartório do município de Correntina. Mas, segundo os quilombolas, tal documento teria sido adulterado, ocasionando mudanças nos limites territoriais da área da comunidade. Todos os moradores de Mangal conhecem os marcos territoriais das terras quilombolas. No entanto, hoje grande parte da área está em posse de outros fazendeiros.

Com essa diminuição da área, vários quilombolas foram obrigados a mudar para outros locais, como os municípios de Bom Jesus da Lapa e Paratinga. Apesar da redução do território e de sua população, os quilombolas de Mangal resistem à pressão das fazendas vizinhas e atribuem essa resistência à fé na padroeira, Nossa Senhora do Rosário, que não permitiu que a comunidade se extinguisse.



Comunidade de Mangal (BA)

Mangal foi titulada em 30 de janeiro de 1999 pela Fundação Cultural Palmares, órgão responsável por todo o processo de reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas na época.

Hoje, os quilombolas também lutam pela educação diferenciada. Segundo Carlos Alberto Gomes, quilombola de Mangal: "Os professores antes eram das vilas. Hoje são da comunidade, conhecem nossa história."

Além disso, recentemente, integrantes da comunidade de Mangal têm se articulado a outras redes da sociedade civil e dos movimentos sociais, como ribeirinhos, caiçaras e indígenas, contra o projeto de transposição do Rio São Francisco, do Governo Federal. Alguns pontos criticados são a instalação de usinas e barragens, o desrespeito à opinião das comunidades tradicionais que habitam a bacia do São Francisco e a maneira autoritária como o governo tem tratado o assunto.

Carlos Alberto afirma que o projeto trará problemas: "Todo ano, plantamos na vazante do rio. Com a transposição, tenho certeza de que não vai mais banhar as terras, e o sustento da gente é esse, da vazante. Sem o rio, vamos ter que plantar de seis em seis meses, e isso se for ano bom de chuva."

Ana Gualberto
Graduanda em História - UERJ

Fonte Bibliográfica

Relatório de Identificação da Comunidade de Mangal (BA), de Marcos Luciano Lopes Messeder e Marco Tromboni Nascimento. Salvador: FCP, 1998.

Porantim. Ano XXVIII. Nº 294. Brasília, 2007.



Eliane dos Santos, da Associação de Remanescentes de Quilombo de Preto Forro (Arquiforro), município de Cabo Frio (RJ), conta a seguir um pouco da trajetória e conquistas recentes da comunidade.

Desde que nos reconhecemos como remanescentes de quilombo, muitas coisas mudaram, principalmente em relação às pessoas que vivem ao redor. Antes, éramos conhecidos apenas como uma família que morava no bairro do Angelim. Agora, depois que assumimos que somos quilombolas, somos mais respeitados. Quando vamos em algum lugar, muita gente pergunta: “Vocês são da comunidade quilombola de Preto Forro? Onde fica? Podemos conhecer?”. Ou seja, muitas pessoas têm interesse em ir à comunidade.

Além disso, passamos a ser convidados a participar de diversas atividades. Nas próximas semanas, por exemplo, o prefeito virá à Fazenda Campos Novos para um almoço, e nós já fomos convidados para participar. Queremos aproveitar para reivindicar algumas melhorias. No caso, pensamos primeiro em resolver o problema do acesso à comunidade, o caminho para chegar é muito difícil.

Agora também fazemos parte do conselho municipal de agricultura. Isso foi muito bom para comunidade. Antes, para arar a terra, tínhamos muita dificuldade para conseguir um trator. Hoje, quando vamos à reunião, solicitamos o trator e em dois ou três dias ele chega. Aí, a terra fica toda pronta para a gente plantar. Aliás, recebemos agora uma proposta muito boa: a prefeitura nos deu 10 kg de feijão e disse que vai comprar de nós a produção, que vai ser levada para escolas e comunidades carentes. Estamos também plantando milho, que está muito bonito.

[Sobre o evento de encerramento do projeto Etnodesenvolvimento Quilombola, realizado nos dias 25 e 26 de novembro, em que a comunidade de Preto Forro foi anfitriã de outras nove comunidades quilombolas do Rio de Janeiro]*

Para nós, esse evento foi uma das melhores coisas que aconteceram, porque reuniu não só a nossa comunidade como várias outras. E isso fortalece todo mundo. Eu não acreditei quando vi certas pessoas ali presentes, como vereadores e outras autoridades conhecidas aqui de Cabo Frio. Quase ninguém aqui do município nos conhecia, mas a partir daquele dia...

Mas a melhor parte do evento foi quando o pessoal das outras comunidades veio ver onde moramos. Acho que eles devem ter sentido o mesmo que eu quando visitei as outras comunidades: como tem terra que fica nas mãos de pessoas erradas. Foi muito bom ver que aquele que se diz dono das terras [o grileiro] ficou aguardando do lado de fora, enquanto nossos convidados, quase 100 pessoas, estavam lá. Depois, ele quis saber quem eram essas pessoas. Bom, se ele fosse mesmo o dono, ele botaria todo mundo para fora, né? Foi ótimo que ele tenha visto que a gente não está só.

* O Projeto Etnodesenvolvimento Quilombola foi realizado por meio de um convênio entre KOINONIA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, envolvendo as comunidades de Preto Forro (Cabo Frio), Alto da Serra (Rio Claro) e Ilha da Marambaia.

Depoimento concedido a Rosa Peralta,
editora assistente



conheça

Site Conceição das Crioulas:

<http://www.conceicaodascrioulas.org.br/>

No site o visitante encontra seções sobre a história, o projeto de artesanato, a luta pela terra, sons e imagens de Conceição das Crioulas. A comunidade fica no município de Salgueiro, localizado no sertão pernambucano, e tem como forma de geração de renda o artesanato.



Site Campinho da Independência:

<http://www.quilombocampinho.org/>

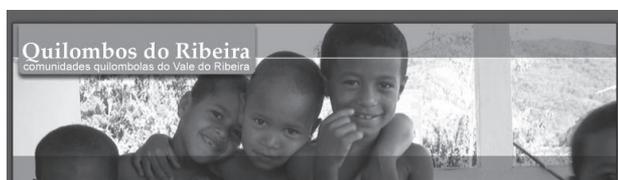
A página apresenta a história da comunidade, os tipos de artesanato produzidos pelos moradores e atividades de turismo étnico e agrofloresta. Campinho da Independência fica no município de Paraty (RJ), no sul do estado do Rio de Janeiro.



Site Quilombos do Ribeira:

<http://www.quilombosdoribeira.org.br>

Site criado pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP), com apoio e assessoria do Instituto Socioambiental (ISA), por meio do Projeto Capacitação em Gestão e de sua área de Comunicação. Nove comunidades fazem parte do site que pretende ser um canal de informação e comunicação sobre a história, cultura, gestão de projetos e empreendimentos dos quilombolas do Vale do Ribeira. São elas: Bombas, Cangume, Galvão, Ivaporunduva, Mandira, Morro Seco, Pedro Cubas, Porto Velho e São Pedro.



Artesanato do Quilombo de Ivaporunduva

O livro mostra o desenvolvimento das atividades de artesanato na comunidade de Ivaporunduva e como elas se tornaram uma alternativa de geração de renda. Ivaporunduva fica no município de Eldorado, região do Vale do Ribeira (SP).



Onde encontrar:

Loja virtual do site do Instituto Socioambiental (ISA) - www.socioambiental.org.

Preço: R\$ 30,00

siglas usadas nesta edição

FCP: Fundação Cultural Palmares

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

RTID: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

Seppir: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Editora assistente: Rosa Peralta

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Emília Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Manoela Vianna

Revisão: Helena Costa

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq